



Novo plano mudará tudo na Educação e se propõe a acabar com 32 milhões de analfabetos

Ensino do País é reprovado pelos mestres

MARÇAL VERSIANI, NÍCIA MARIA e ÉLIDA VAZ

Um novo plano de educação está sendo elaborado no Ministério da Educação para entrar em vigor no segundo semestre. Segundo o Ministro Carlos Chiarelli, a prioridade é o combate ao analfabetismo. São 32 milhões de brasileiros — quase um quarto da população do País — que não sabem ler nem escrever. A situação torna-se mais crítica quando verifica-se que mais da metade das crianças que ingressam no 1º grau não termina a 8ª série.

A maioria abandona a escola no início do curso, o que contribui para engrossar a massa de analfabetos. E, mesmo quando a criança permanece na escola, o que o professor ensina está distante da sua realidade. A criança, desinteressada, finge aprender o que o professor, geralmente despreparado, finge ensinar. O 2º grau é um funil que apenas prepara para a universidade candidatos que o 3º grau considera deficientes. Essas são algumas das conclusões do debate promovido pelo GLOBO com os professores José Carlos

Azevedo, Pedro Demo, Paulo Renato de Souza e Sônia Wanderley.

Um alerta à situação crítica da educação no País também é dado no recente documento "Educação básica — perspectivas para a década de 90", do Instituto de Planejamento Econômico e Social, vinculado à Presidência da República: o grande desafio, do ponto de vista da educação básica à população consiste em expandir e organizar o atendimento às crianças de zero a seis anos (apenas 22,3% estão matriculadas no sistema); incorporar à

rede escolar os cerca de 4,5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que estão fora da escola; garantir a continuidade dos estudos para além da quarta série do ensino fundamental (64% das escolas só têm até a quarta série); e possibilitar aos jovens e adultos que não frequentaram a escola ou que dela se evadiram (24 milhões na faixa de 10 a 17 anos) o acesso a programas educacionais que lhes ofereçam conhecimentos necessários à atividade produtiva na sociedade e ao exercício da cidadania.

O GLOBO — Quais seriam os erros do processo educacional no Brasil atual?

PEDRO DEMO — Embora venha ocorrendo, principalmente no 1º grau, uma evolução quantitativa razoável, com mais de 90% da população escolarizável entrando no sistema, apenas metade talvez chegue a concluir as oito séries. As taxas de repetência são ainda muito grandes. Em média, cada criança fica pelo menos dois anos em cada série, o que encarece o sistema absurdamente. Precisamos duas vezes mais professores, duas vezes mais salas de aula do que se tivéssemos um fluxo ordenado. O problema não é, assim, falta de recursos e sim desperdício ou mal uso do pouco que temos. É comum se ouvir dizer que metade do problema está fora da escola, referindo-se à pobreza da criança e da sua família. Mas nem sempre os efeitos da pobreza são tão fortes como se imagina. Cada vez mais se constata que um dos fatores da qualidade da escola está ligado diretamente ao professor. Nossas crianças, hoje, em grande parte, estão entregues a normalistas, em geral de classes mais humildes, muitas delas oriundas de cursos supletivos de 1º grau. E é por isso que a criança fica dois anos em cada série. A miséria da criança no fundo é a mesma do professor. Um estudo feito em Belém mostrou que, com um pouco de investimento no professor, a repetência baixa incrivelmente. Um grupo de pesquisas de Pernambuco, em um de seus livros — "Na rua 10, na escola zero" —, cita que o menino que está na rua faz conta. Ele tem uma noção intuitiva de matemática e faz bem suas contas. Mas, se for para a escola, é reprovado: Onde está o erro aí? Certamente está na escola. A escola imbeciliza o menino.

O GLOBO — E isso é um problema da escola ou da programação da escola?

PEDRO DEMO — Nossa bagagem cultural é muito diferente da criança de classe baixa que chega à escola. A escola não consegue chegar a essa criança. As noções que ela tem não são suficientes para a escola, embora às vezes seus conceitos sejam até maiores. E os professores de 1º e 2º graus não sabem alfabetizar porque não aprenderam a alfabetizar. São pessoas que fizeram supletivo ou, o que é muito comum, frequentaram escolas particulares que constituem mero comércio. No 2º grau, temos ainda grandes lacunas. Ainda não fizemos quase nada nesse nível. Fomos e voltamos na Lei 5.692, principalmente quanto à profissionalização, que foi destituída e, hoje, o Ministério quer retomar a essa profissionalização forçada. Mas, ao mesmo tempo, o mercado não corresponde e, por outro lado, temos um déficit tecnológico assustador. Então, o 2º grau precisa ser construído de forma correta.

SÔNIA WANDERLEY — Em todos os graus de ensino, sinto que há falta de interação com a realidade, principalmente no 2º grau. Na realidade, vê-se o 2º grau como um grande funil, servindo apenas à preparação para a universidade. O 2º grau não tem, assim, cara própria. E a universidade acaba assumindo isso também. Tanto que o vestibular é feito em duas fases, em que a primeira aprova o aluno no 2º grau. Isso significa não acreditar na aprovação dada pela própria escola. Já a segunda fase seria exatamente tirar desse aluno o que a universidade precisa como aluno de 3º grau. Considero isso um erro da educação no Brasil. Não é papel da universidade aprovar ou reprová-lo o aluno do 2º grau.

PAULO RENATO — Eu identifico dentro do sistema educacional brasileiro dois circuitos: um virtuoso e

outro vicioso. O virtuoso passa pelas escolas particulares do 1º e 2º graus e pela universidade pública. É um circuito que se auto-alimenta de certa forma e tem um propósito básico que é a formação de quadros de alto nível necessários ao desenvolvimento do setor privado. Já o circuito vicioso, de baixa qualidade, passa pela escola pública do 1º e 2º graus e pelas faculdades particulares do 3º grau. É um círculo que também se auto-alimenta: os professores de 1º e 2º graus públicos provêm das faculdades particulares que formam um profissional de segunda classe. E preciso mexer com a qualidade do professor, estabelecer uma carreira estimulante, que o valorize salarialmente e que também lhe dê estímulo para a permanência em sala de aula, mesmo nas piores escolas. Em segundo lugar, há o problema de atualização de professores. Não adianta só mexer na formação, porque isso só trará resultados daqui a 20 anos. Temos de mexer na atualização, no aperfeiçoamento, na reciclagem. E preciso que se faça um programa que envolva as melhores universidades, utilizando inclusive meios de comunicação de massa. Associado a isso eu diria que o grande problema do sistema educacional brasileiro é a qualidade do ensino, como um todo: do 1º grau, do 2º grau e da universidade, de formas diferentes, mas sempre com caráter de heterogeneidade. Temos boas escolas do 1º grau, boas escolas de 2º grau, boas escolas técnicas e boas universidades, mas temos também péssimas escolas. Eu diria que o problema central do sistema educacional é buscar a qualidade no conjunto do sistema, é diminuir as diferenças de qualidade do sistema.

SÔNIA WANDERLEY — O magistério hoje é considerado uma profissão marginal, porque, socialmente, está sendo descaracterizado e a questão salarial é fundamental. Um professor de escola de 2º grau ganha hoje Cr\$ 13 mil cruzeiros. A verdade é que se discute educação no Brasil, faz-se planos mirabolantes, debate-se escolas modelos, outros propõem Cieps e os modelos ficam estagnados porque não se integram à comunidade de maneira alguma. E a gente não resolve os problemas mais básicos da educação.

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Na minha opinião, o problema grave em todo sistema educacional brasileiro é a centralização de todas as decisões de ordem pedagógicas e administrativas num órgão chamado Conselho Federal de Educação, constituídos por excelentes pessoas de renome etc. etc., mas que se reúnem uma vez por mês em Brasília, durante quatro ou cinco dias, para discutir tudo que existe sobre educação no Brasil inteiro. Esse órgão, pela sua ineficiência inerente a um órgão tão pequeno que quer cuidar de tantas coisas em tão pouco tempo, causou uma distorção muito grande em todo o sistema educacional.

O GLOBO — Será por isso que os currículos são tão distantes da realidade da criança?

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Os currículos únicos feitos pelo Conselho Geral de Educação não dizem absolutamente nada. São currículos que não podem propiciar nenhum referencial qualitativo. Eu acho que esse é um problema essencial: a descentralização do processo pedagógico e também, ou talvez, sobretudo, administrativo. Devemos transferir uma boa parcela das atribuições do Conselho Federal de Educação aos Conselhos Estaduais de Educação.

— Quanto ao problema do 1º grau, ele não será resolvido por discussões tradicionais sobre professores, giz e apagadores. As coisas novas têm de ser incorporadas e aí eu me refiro,



“O magistério hoje é uma profissão marginal. Um professor de 2º grau ganha Cr\$ 13 mil”

Sônia Wanderley

em particular, à televisão, ensino à distância e descentralizar. Essa centralização é o emperramento ao desenvolvimento da educação e ao maior controle qualitativo do processo.

PAULO RENATO — Acho perigosa essa delegação das tarefas do Conselho Federal de Educação aos Estados e Municípios na área pedagógica, porque os Estados são muitos diferentes e os Municípios também. A meu ver, a centralização é excessiva na parte administrativa. Não tem sentido uma rede de universidades federais gerida pelo Governo federal, quando há Estados perfeitamente capazes de administrá-la de forma melhor. Eu defenderia uma rede federal nos Estados mais atrasados. Nos de-

mais, a União só deveria atuar de forma supletiva.

O GLOBO — Esses conselhos, seja federal, sejam estaduais, têm representado a sociedade brasileira dentro da universidade? Como são formados?

PEDRO DEMO — O Conselho Federal de Educação tem uma história complicada, de clientelismo, e teria-mos de discutir primeiro como ele se forma. Mas o maior problema é quem fiscaliza o fiscal. Esse problema nas sociedades mais avançadas se resolve pela cidadania. As pessoas se sentem obrigadas a prestar contas. As falcaturas ficam mais difíceis. É preciso ver, no entanto, quem



“Nossos professores de 1º e 2º graus não sabem alfabetizar simplesmente porque não aprenderam”

Pedro Demo

Sociólogo com doutorado na Alemanha. Trabalhou no Ministério da Educação, destacando-se como subsecretário na gestão do Ministro Eduardo Portela. Hoje, é técnico do Ipea e professor da Universidade de Brasília. Tem 49 anos.

entra no Conselho. Os amigos do ministro entram; os outros não. Há ainda o cartel das escolas privadas.

O GLOBO — E quando a fiscalização atua realmente, os erros são punidos? Não seria necessário haver uma avaliação das escolas?

PEDRO DEMO — Acho que deveríamos encontrar um meio de tirar a impunidade da universidade. Essa questão de autonomia origina, muitas vezes, uma situação de impunidade. Ela não quer ser avaliada. É preciso que haja também uma avaliação da sociedade. E temos também outra falha, que é a questão de mercado. Nos Estados Unidos, uma pessoa que quer ter uma grande chance de mercado vai para uma universidade cinco estrelas, porque sabe que nas outras não terá a mesma chance. Aqui, não. O problema também é como são feitos os fiscais. Nos conselhos estaduais, há mais controle, mas sempre há riscos.

O GLOBO — E os livros didáticos são adequados a um ensino de qualidade?

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Outra grande falência que existe no País refere-se à produção de textos acessíveis a todos os estudantes. Os textos são basicamente ruins. E pode-se melhorar a qualidade do professor suprimindo-o também com livros. Quem ganha Cr\$ 10 mil ou dois salários mínimos não pode ler nada, comprar nada. Ele vai viver da memória, da lembrança do dia-a-dia, da pergunta do aluno. E preciso que os professores tenham à sua disposição bibliotecas mínimas acessíveis a eles e aos alunos. A Fundação de Assistência ao Estudante é a maior editora do mundo. São 40 milhões de livros, mas ruins, péssimos. Atuar nessa área não acresce custo. Eu acho que as universidades poderiam interferir na produção de livros textos, com metodologia adequada, com televisão, rádios, cassetes.

SÔNIA WANDERLEY — No Colégio de Aplicação, não trabalhamos com livros didáticos. Temos de fazer adaptações de textos desde a primeira até a terceira série do 2º grau.

O GLOBO — Sabemos que os Colégios de Aplicação aqui no Rio são modelos em termos de bom ensino. Por que não divulgamos suas experiências para outras escolas?

PAULO RENATO — A história da educação no Brasil pode se contar através das experiências pedagógicas, através de colégios modelos. Cada dirigente, cada homem público quis deixar sua marca. Então, foram os vocacionais, os Colégios de Aplicação e, agora, os Cieps, como se houvesse a possibilidade de uma escola boa se multiplicar naturalmente pelo resto do sistema. Não existe isso. Quando fazemos uma escola especial, esquecemos o conjunto. Quantos alunos são atendidos nos Cieps aqui no Rio? E os dois milhões de alunos que estão na periferia de São Paulo, em escolas que muitas vezes funcionam em quatro ou cinco períodos, com três ou quatro horas de aulas por dia? Temos de tratar do problema no conjunto.

SÔNIA WANDERLEY — O que estamos discutindo aqui depende mesmo é de vontade política.

PAULO RENATO — Não existe milagre na educação. Para melhorar a educação, tem-se de atuar em todo o sistema: na formação do professor, no seu salário, na merenda escolar, na construção de colégios, no mate-

rial didático, usar a televisão. Fui Secretário de Educação dois anos e procurei atuar no conjunto do sistema, mas isso não imortaliza o secretário. O homem público deve ter consciência de que sua obrigação é fazer as coisas funcionarem. E, para fazer funcionar direito, não há necessidade de grande promoção. E só fazer funcionar. Tenho a certeza de que, se tivéssemos, durante uma década, uma política educacional coerente, sem solução de continuidade, transformaríamos definitivamente a educação do País. Mas isso não é possível em um ou dois anos. Precisamos de uma década de trabalho constante, com orientação.

PEDRO DEMO — Concordo, mas acho que se teria de colocar na discussão também o **background** de cidadania que existe consolidado no País, que é muito pequeno ainda para que haja uma cobrança em cima do Estado. Não se pode ter um Estado melhor do que a sociedade que está por trás. Grande parte das mazelas do nosso País foi acumulada historicamente e reflete-se numa cidadania pequena. Existem alguns setores bem organizados, mas a grande massa de serviços não está. Já me convenci de que uma escola pública só funciona com uma grande pressão social sobre ela, o que é difícil. Cai-se em um círculo vicioso. Não se tem cidadania, porque não há educação. Não há educação, porque não se tem cidadania. Acredito que, se tivéssemos, por sorte, e não pela cidadania que existe, dez anos de boa administração educativa, poderíamos mudar algumas coisas. Mas essa é uma hipótese muito difícil. Como se pode ter dez anos de boa educação administrativa sem que a sociedade controle isso, obrigue os governos a atuar e castigue quem não funciona? Então, entramos nessa busca de escolas modelos ou experiências modelos. Sou completamente contra. Só se deve fazer experiências generalizadas, pelo menos na educação básica. Lembro-me muito da Fundação Educar, que foi extinta: ela alfabetizava por ano 300 mil pessoas e a população a ser alfabetizada era de 30 milhões, ou seja, um por cento apenas.

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Acho também que se exige dos alunos de 1º e 2º graus uma multiplicidade de disciplinas muito grande. Se o aluno sáisse do 1º grau sabendo falar corretamente, sabendo se expressar corretamente em português, tendo conhecimento razoável de matemática, conhecendo a história e a geografia de seu País, teria motivação suficiente para ir em frente. Hoje, ele está exposto a uma multiplicidade de disciplinas no 1º grau que não leva a absolutamente nada.

O GLOBO — Não há um distanciamento entre o que a escola se propõe a ensinar e a realidade do aluno?

JOSÉ CARLOS AZEVEDO — Claro que há e é daí que também vem o desestímulo e a má formação dos professores que chegam à universidade.

SÔNIA WANDERLEY — Uma professora de Biologia do Colégio de Aplicação está fazendo um mestrado em educação. Sua tese é verificar como o que ensina em Biologia pode servir à vida do aluno, quando ele sair do 2º grau. Através dos estudos, de pesquisa, ela chegou a conclusão de que o que se ensina, hoje, em Biologia, no 2º grau, não vai ser utilizado pelo aluno nem que vá trabalhar como biólogo. A Biologia que é ensinada na escola já está obsoleta em termos de universidade.

PAULO RENATO — Frequentamos uma escola única, mas ela é somatória de pequenas especializações.

Nordeste tem o maior número de crianças fora da escola

O Brasil tem cerca de 4,5 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, fora da escola, segundo o "Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil", elaborado em 1986 em convênio IBGE/Unicef. Este contingente está distribuído por região urbana e rural da seguinte forma, conforme mostra tabela abaixo:

REGIÃO	TOTAL (mil)	TOTAL (%)	URBANO (mil)	URBANO (%)	RURAL (mil)	RURAL (%)
Norte	114,4	2,5	74,4	3,4	40,0	1,7
Nordeste	2.009,6	44,5	660,8	29,8	1.348,8	58,7
Sudeste	1.343,0	29,8	867,5	39,2	475,5	20,6
Sul	725,9	16,1	465,3	21,0	260,6	11,3
C.Oeste	319,9	7,1	144,8	6,5	175,1	7,6
	4.512,8	100,0	2.212,8	100,0	2.300,0	100,0

Crianças fora da escola de acordo com a faixa de renda

Este quadro mostra a distribuição dos 4,5 milhões de crianças fora da escola de acordo com a faixa de renda. O Nordeste também apresenta o maior número na população que ganha até um salário mínimo. Na faixa superior a um salário, a Região Sul é a que apresenta o maior percentual.

REGIÃO	TOTAL (mil)	TOTAL (%)	ATÉ 1 SALÁRIO	%	MAIOR 1 SALÁRIO	%
Norte	114,4	2,5	82,5	72,1	31,9	27,9
Nordeste	2.009,6	44,5	1.904,6	94,7	105,0	5,3
Sudeste	1.343,0	29,8	1.045,5	77,8	297,5	22,2
Sul	725,9	16,1	529,9	72,9	196,0	27,1
C.Oeste	319,9	7,1	260,3	81,3	59,6	18,7
	4.512,8	100,0	3.822,8	100,0	690,0	100,0